

Neocolonialismo ou imperialismo de dados? As novas veias abertas da América Latina?

Sérgio Amadeu da Silveira

A noção do colonialismo digital

Este texto discute as noções de colonialismo digital, o colonialismo de dados e o imperialismo de plataforma para caracterizar o fenômeno da utilização e desenvolvimento das tecnologias da informação e de extração de riquezas de países da América do Sul, em especial, o Brasil. Para tal, apresenta o cenário que justifica esse debate. Todas essas noções dialogam com as teorias da dependência que tiveram grande importância na América Latina no último quarto do século XX (Gandáségui 2009, 267-296). Todavia, focalizam as atuais condições da divisão internacional do trabalho que impõem grandes barreiras de entrada ao desenvolvimento tecnocientífico expressivo em um cenário cuja primazia são as tecnologias de informação, em especial, da inteligência artificial baseada em dados.

Tendo em vista as limitações de um breve artigo, optei por apresentar uma visão panorâmica do fenômeno com alguns exemplos relevantes para mostrar as barreiras ao desenvolvimento da inteligência coletiva local quando se trata do desenvolvimento de tecnologias de inteligência artificial. Aqui é preciso enfatizar dois elementos: primeiro, o poder econômico dos Estados Unidos e da China depende da invenção e do desenvolvimento tecnológico; segundo, que, na disputa pelo domínio dos mercados de tecnologia, o epistemicídio é um recurso extremamente relevante para a manutenção da invisibilidade dos fluxos de poder. Epistemicídio é um termo utilizado pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos para mostrar como se pratica a deslegitimação e a desqualificação dos saberes dos povos colonizados e oprimidos (Santos 1995, 328). Assim como o dispositivo do epistemicídio foi utilizado para negar os fluxos de poder, durante muitos anos, foi lançado para invisibilizar e anular as análises e as teses dos intelectuais negros sobre a existência do racismo no país diante das classes dominantes que afirmavam ser o Brasil uma democracia racial (Carneiro 2005, 96).

Atualmente, a prática do epistemicídio é utilizada para negar a existência de um bloqueio ao desenvolvimento tecnológico e um empobrecimento criativo de tecnologias de inteligência. O discurso das grandes consultorias e das plataformas tecnológicas, bem como dos seus aliados na gestão pública e nas instituições acadêmicas é a de que a modernização do país vem do uso intensivo de tecnologias, não importa onde seria criada, nem quem seria o controlador do capital das empresas que se beneficiam da inventividade tecnológica. Observando as estratégias de inteligência artificial (IA) do Brasil,¹ Argentina,² Colômbia³ e Chile,⁴ vemos que apenas a Argentina cita a importância de construir uma infraestrutura digital capaz de garantir o desenvolvimento de tecnologias de aprendizado de máquina e aprendizado profundo. Já a estratégia brasileira não incluiu suas universidades e centros de pesquisa como um importante diferencial para criar soluções de IA.

Os principais órgãos da imprensa brasileira silenciam diante da extração de dados de diversos segmentos da população brasileira para alimentar sistemas tecnológicos que deles extraem valor econômico, deixando de fomentar soluções locais que gerem igualmente maiores rendimentos para arranjos sociotécnicos no país. A condição de meros usuários de tecnologias da informação não é considerada uma questão economicamente e culturalmente relevante. De modo simplista, muitos jornalistas falam pelas consultorias das *big techs* e afirmam que o mundo é globalizado e que a tecnologia é o meio, não é atividade fim.

Recentemente, o governo brasileiro lançou um aplicativo para celular chamado SouGov que serve para que os mais de um milhão de funcionários do governo federal brasileiro, civis e militares, aposentados e pensionistas, acompanhem sua vida funcional, acessem o registro de seus vencimentos, agendem férias, peçam licenças, entre outras ações. Ocorre que, quando o funcionário público brasileiro utilizar o chat do aplicativo, ele estará enviando os dados de sua conversa para uma empresa privada norte-americana, a IBM. É importante observar o trecho do item transfe-

1 MCTI. 2021. *Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial*. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

2 *Plan Nacional de Inteligencia Artificial*. Buenos Aires, 2019.

3 CONPES. 2019. *Política Nacional para la Transformación Digital e Inteligencia Artificial*. Bogotá: Consejo Nacional de Política Económica y Social.

4 MINCIENCIA. 2020. *Política Nacional de Inteligencia Artificial*. Santiago de Chile: Ministerio de Ciencia, Tecnología, Conocimiento e Innovación.

rência internacional de dados do Termo de Uso e Política de Privacidade do aplicativo:

SouGov utiliza a solução de central de ajuda (chat) da empresa IBM – International Business Machines. [...] Tal armazenamento tem o objetivo de prover o aprendizado de máquina da ferramenta de chat denominada “Watson”, onde as interações dos usuários no chat são utilizadas para “aprendizado” pelo computador que envia as respostas automáticas quando o usuário está sendo atendido por meio do chat do serviço SouGov.⁵

O Watson da IBM não é uma ferramenta de chat. Como a própria IBM o define, trata-se de uma plataforma de serviços cognitivos para negócios. O mais curioso é que o governo federal brasileiro irá treinar os sistemas algoritmos da IBM com os dados dos servidores públicos federais. Obviamente não fez parte da análise dos gestores federais que tomaram essa decisão utilizar uma empresa de capital nacional, muito menos um conjunto de universidades brasileiras para operar o chat do SouGov. Aperfeiçoar o serviço de processamento de linguagem natural, uma das tecnologias de aprendizado de máquina, para análise avançada de texto de um arranjo brasileiro não está em conformidade com a lógica neoliberal. Não importa que a IBM aperfeiçoe seus modelos utilizando as interações de quase um milhão de servidores federais. O importante é modernizar o serviço.

Seria possível que os Estados Unidos entregassem os dados e as interações de seus milhares de funcionários públicos federais para treinar os algoritmos de inteligência artificial em língua inglesa de uma empresa francesa ou alemã? O governo francês ou alemão permitiria alocar dados do seu governo fora da sua jurisdição? Recentemente, o Conselho de Segurança do Reino Unido decidiu banir a empresa chinesa Huawei da rede 5G do país alegando riscos de espionagem de cidadãos e empresas britânicas. A mesma imprensa brasileira, que cobre amplamente a ação do governo inglês, não vê nenhum problema em criar modelos de aprendizado profundo para a empresa IBM, que possui interesses econômicos e políticos no Brasil. Tal cenário corrobora com a tese do pesquisador da África do Sul, Michael Kwet, que utiliza a noção de colonialismo digital para indicar como as tecnologias digitais são instrumentos de poder econômico e político:

5 Termo de Uso e Política de Privacidade SouGov.br. <https://www.gov.br/servidor/pt-br/assuntos/sou-gov.br/termo-de-uso-e-politica-de-privacidade-sougov.br> (20 de janeiro de 2022).

Today, a new form of corporate colonisation is taking place. Instead of the conquest of land, Big Tech corporations are colonising digital technology. The following functions are all dominated by a handful of US multinationals: search engines (Google); web browsers (Google Chrome); smartphone and tablet operating systems (Google Android, Apple iOS); desktop and laptop operating systems (Microsoft Windows); office software (Microsoft Office, Google G Suite); cloud infrastructure and services (Amazon, Microsoft, Google, IBM); social networking platforms (Facebook, Twitter); transportation (Uber, Lyft); business networking (Microsoft LinkedIn); streaming video (Google YouTube, Netflix, Hulu); and online advertising (Google, Facebook) – among others. GAFAM now comprise the five wealthiest corporations in the world, with a combined market cap exceeding \$3 trillion. If South Africans integrate Big Tech products into their society, the United States will obtain enormous power over their economy and create technological dependencies that will lead to perpetual resource extraction (Kwet 2019, 6).

As tecnologias digitais não parecem ter reduzido a concentração de riqueza e poder ampliadas no mundo industrial. Em vez disso, Kwet indica que essas tecnologias estão servindo à dominação política, econômica e social de uma nação ou território. Desse modo, a noção de colonialismo digital implica no controle da criação, desenvolvimento e distribuição dessas tecnologias e de suas infraestruturas básicas.

Na primeira década do século XXI, a economia digital foi se estruturando em torno de modelos de negócios baseados em dados. Desse modo, a economia digital se tornou intensiva na criação, coleta e tratamento de informações quantificadas. Até mesmo os segmentos mais tradicionais da economia como petróleo, gás, agricultura e serviços financeiros, estão cada vez mais utilizando tecnologias digitais orientadas por dados. Como apontou o relatório do Banco Mundial, “the vast majority of the data that exists today was created in just the past few years. The challenge is to extract value from it and to put it to work – for firms, governments, and individuals” (World Bank 2018, 1).

Plataformas dominam a cadeia de dados

O descomunal mercado de dados pessoais e o avanço da dataficação não decorrem necessariamente do progresso das tecnologias digitais. Esse processo nasceu do modelo de negócios baseado na oferta de interfaces e serviços gratuitos em troca, principalmente, de dados comportamentais. Nada na tecnologia de um roteador o obriga a enviar para um terceiro o *MAC address* (identificador exclusivo) de um dispositivo conectado. Para isso

ocorrer, é preciso escrever e inserir no roteador um programa que realize essa operação. A coleta de dados é tão colossal que, em 2016, o Facebook tinha armazenado 300 000 000 de gigabytes em dados de seus usuários.⁶

No topo da cadeia desse intenso processo de dataficação surgiu um tipo específico de arranjo empresarial-tecnológico que se adequou profundamente à coleta, armazenamento, processamento, análise e modulação de dados. São as plataformas digitais, intermediários de segmentos dos mercados ou de tipos de ações sociais, que oferecem interfaces para que todos os interagentes se articulem. Assim, as plataformas passam a mediar as relações entre a oferta e a demanda de algum produto, serviço ou atividade. Posteriormente, vão agregando quem oferta insumos, publicidade e outros elementos importantes para aqueles segmentos da economia.

O pesquisador Nick Srnicek afirma que

essa é a chave de sua vantagem sobre os modelos de negócios tradicionais no que diz respeito aos dados, uma vez que uma plataforma se posiciona (1) entre os usuários e (2) como o terreno sobre o qual ocorrem suas atividades, o que lhe dá acesso privilegiado para registrá-los (Srnicek 2017, 43; tradução do autor).

O mecanismo de busca do Google, o Uber, o Airbnb, a Netflix, são alguns dos exemplos dessas plataformas que foram adquirindo variados tamanhos. Entretanto, há um inegável processo de concentração econômica no topo desse mercado de dados animado pelas plataformas. O Google adquiriu diversas empresas do YouTube à DoubleClick e criou uma holding denominada Alphabet. O Facebook comprou o Instagram e o WhatsApp. A Microsoft comprou o LinkedIn e a Nuance. A Amazon se tornou dona da Alexa, da Whole Foods Market e realizou parcerias com a DC Comics e com o Serviço Postal dos Estados Unidos, entre inúmeras outras aquisições e parcerias.

Em 2019, apenas cinco dessas plataformas globais, a saber, Amazon, Apple, Google, Microsoft e Facebook, faturaram US\$ 899 bilhões de dólares. Essa quantia equivale a 48,8% do PIB do Brasil do mesmo ano (US\$ 1,839 trilhão). Representou 2 vezes o PIB da Argentina (US\$ 445,4 bilhões), 3 vezes o PIB do Chile (US\$ 282,3 bilhões) e 16 vezes o PIB do Uruguai (US\$ 56,04 bilhões), todos esses números se referem ao ano de

6 STATISTA. Digital Economy Compass, April 2017. <https://www.statista.com/page/compass2017> (5 de abril de 2021).

2019.⁷ Tais comparações permitem observar o enorme poder comunicacional, econômico e político que essas corporações assumiram no planeta.

A hipótese do colonialismo de dados

A conversão de todos os fluxos da vida em fluxos de dados foi nomeada pelos pesquisadores Nick Couldry e Ulises Mejias de colonialismo de dados. O colonialismo de dados não é o mesmo processo do colonialismo histórico. Todavia, ambos são processos específicos de controle e poder sobre as populações. No caso do colonialismo histórico, que se iniciou no século XV, a partir da Europa, diversas áreas do planeta tiveram suas populações dominadas, seus recursos extraídos para fomentar a economia europeia. Foi nesse período que a escravidão e o racismo passaram a ser políticas do colonizador. Alguns historiadores nomeiam o século XIX, com a ocupação e dominação da África e Ásia, de neocolonialismo, uma noção articulada, mas diferente do chamado imperialismo.

Habermas, em sua reflexão sobre a razão comunicativa, escreveu que o “sistema” havia colonizado o “mundo da vida”. Empregando a noção no mesmo sentido, Couldry e Mejias utilizam a expressão colonialismo de dados para tratar do processo de subordinação, sujeição e submissão crescentes das diversas dimensões do cotidiano às práticas de extração de dados (Couldry e Mejias 2019). Corporações e instituições vão implementando um conjunto de dispositivos, *softwares*, *hardwares* e demais esquemas para capturar as ações dos indivíduos e grupos sociais em forma de dados. Como afirmou o pesquisador José van Dijck, os dados passam a ser considerados como elementos da natureza, tal como o petróleo (Dijck 2014, 202). Assim, podem ser extraídos e livremente armazenados. Para Couldry e Mejias, esse extrativismo de dados, realizado amplamente em todas as sociedades, caracteriza o colonialismo de dados.

É inegável que as plataformas e as diversas empresas da economia digital-dataficação coletam dados no Uruguai e no Japão, no Brasil e na Alemanha, nos Estados Unidos e na China, enfim, em todos os territórios onde atuam. Ou seja, os mecanismos de vigilância, nos dizeres de Zuboff, são executados por empresas do capitalismo dirigido por dados em todo o

7 Os dados do faturamento (revenue) das plataformas foram obtidas em seu balanço referente a 2019. Os dados do PIB foram extraídos dos indicadores Gross Domestic Product do World Bank.

mundo (Zuboff 2020, 153-206). Contudo, aqui apresentamos uma forte objeção. Os efeitos dessa extração e tratamento massivo de dados são os mesmos na Europa e no Brasil? Os fluxos de dados extraídos nunca são dos Estados Unidos ou Europa para o Brasil nem para a Argentina. São sempre em uma única direção: do sul para o norte.

No relatório sobre a IA na França, coordenado pelo matemático Cedric Villani, intitulado *For a Meaningful Artificial Intelligence*, vemos um alerta:

[O]s Estados Unidos e a China estão na vanguarda dessa tecnologia [de IA] e seus investimentos excedem em muito os feitos na Europa. [...] Considerando que a França e a Europa já podem ser consideradas “cibercolônias” em muitos aspectos, é essencial que resistam a todas as formas de determinismo, propondo uma resposta coordenada a nível europeu (Villani 2018, 6; tradução do autor).

A expressão cibercolônia aqui se refere a condição de atraso tecnológico em relação à vanguarda sino-americana, no caso da IA, que é, atualmente, um conjunto de tecnologias dependentes de dados. Todavia, a situação tecnológica da Europa está bem distante da precariedade da América do Sul e África.

A hipótese de um colonialismo de dados planetário para se sustentar precisaria demonstrar que os efeitos da coleta de dados são os mesmos para todas as sociedades, além de identificar quem seria o sujeito colonizador. A extração e coleta de dados aparentemente ocorrem de modo semelhante em todos os países. Na fase da coleta, as tecnologias não diferem países nem sociedades, mas Joy Buolamwini, cientista da computação ganense-americana, mostrou que os sistemas algoritmos e sua estrutura de dados podem ter viés altamente discriminatório contra negros, mulheres e certas etnias (Buolamwini 2017, 13-14).

Na fase do armazenamento e tratamento de dados, podemos ver diferenças importantes. Quem tem se consolidado para guardar, processar e tratar milhões de gigabytes, centenas de zettabytes, são as chamadas *Big Techs*, principalmente corporações norte-americanas, europeias e chinesas, a maioria são plataformas. Elas conseguem alimentar os sistemas algorítmicos de *machine learning* e *deep learning* de modo a construir *frameworks* com modelos pré-treinados que vão dominando os mercados na América Latina e África.

O principal agente do colonialismo de dados são as plataformas digitais. Mas, se na etapa da coleta essas plataformas possuem dispositivos

tecnológicos que não diferenciam sociedades, os dados coletados são tratados e armazenados de modo a extrair valor das sociedades despreparadas tecnologicamente e mais pobres para criar lucros para as sociedades ricas. Ao treinar algoritmos das plataformas, os dados extraídos das sociedades pobres não geram produtos nem serviços digitais criados em suas localidades. Esse processo reduz e bloqueia a criatividade e a inventividade das sociedades tecnologicamente pobres, o que reforça sua pobreza econômica.

A observação sobre as dinâmicas e efeitos da dataficação também nos leva a pensar que as plataformas estão se tornando novos Leviatãs. Poucos são os Estados-nação que conseguem controlá-las. Se a figura lendária fenícia foi trazida por Thomas Hobbes para justificar o absolutismo e propor a redução das liberdades para garantir a segurança diante dos riscos da morte violenta, os novos Leviatãs, propõe que os indivíduos abram mão de sua privacidade e de seus dados para que possam melhorar sua experiência cotidiana a partir das tecnologias. Assim, vemos as sociedades tecnologicamente pobres abandonar suas possibilidades inventivas e as expressões da identidade, comportamento, privacidade de suas populações, para se tornar meras consumidoras de produtos e serviços de IA criados pelas corporações do mundo rico.

A perspectiva do imperialismo de plataforma

Dal Yong Jin, pesquisador coreano e professor da Escola de Comunicação da Simon Fraser University, no Canadá, considera que estamos vendo emergir um novo tipo de imperialismo, que nomeou de imperialismo de plataforma (Jin 2013, 145-146). Em geral, podemos definir o imperialismo como uma fase do capitalismo a partir do último quarto do século XIX e que pode ser caracterizado pela grande concentração do capital em torno de monopólios, a eclosão do capital financeiro com a fusão dos capitais bancário e industrial, a exportação de capitais com peso igual ou superior à exportação de mercadorias e a divisão do mundo entre as potências capitalistas (Lenin 2003). Para detalhar a dinâmica imperialista, Jin recupera a descrição do conceito pensada pelo teórico e líder revolucionário russo Vladimir Ilyich Ulianov, conhecido como Lenin. No texto, *Imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo*, Lenin argumenta que, na fase imperialista, os capitalistas produziram mercadorias e extrairiam matérias-primas a baixo custo nos países periféricos e colonizados, além de criar nessas áreas de

exploração, uma classe dominante submissa que consumiria importados caros e bloquearia a expansão das indústrias locais (Lenin 2003, 81-84).

Para Dal Yong Jin, a ascensão global das plataformas e sua posição de intermediárias estratégica entre diversos segmentos econômicos, bem como a imposição e controle da propriedade intelectual, consolidaram uma posição cultural e econômica tão ou mais profunda do que as antigas corporações transnacionais do mundo industrial. Jin argumenta que, já na década de 1970, Schiller havia identificado a supremacia dos Estados Unidos e de algumas nações europeias no domínio da criação e distribuição de produtos midiáticos como um componente fundamental do imperialismo ocidental e nomeando-o de imperialismo cultural (Jin 2013, 149).

Considerando plataformas como intermediárias de mídia digital, a ideia de imperialismo de plataforma se refere a uma relação assimétrica de interdependência entre o Ocidente, principalmente os EUA, e os demais países do planeta. As plataformas reforçam os fluxos de capitais para alguns poucos países, com destaque para a predominância das plataformas norte-americanas. Além disso, Jin aponta que as plataformas amplificam o poder econômico desses países, a partir da exportação de serviços digitais e pela expansão da propriedade intelectual, em especial, a norte-americana.

A noção de um imperialismo de plataforma coloca ainda a dimensão do poder político articulado ao poder econômico em articulação com os Estados-nação. Permite incluir a China no cenário, que constitui a grande ausência na perspectiva teórica de Dal Yong Jin. Em 2018, a corporação chinesa Didi Chuxing comprou o aplicativo brasileiro 99, antigo 99 táxi. Na época da aquisição, o aplicativo 99 tinha mais de 300 mil motoristas cadastrados e 14 milhões de usuários em 400 cidades no Brasil.

O fluxo transfronteiriço de dados e a América Latina

A América Latina vive um novo processo de subordinação econômica no cenário global. Sem ter relevância na invenção e desenvolvimento de tecnologias digitais, longe da liderança de pesquisas de ponta sobre IA, internet das coisas, telecomunicações e tecnologias quânticas, se apresenta como um grande mercado consumidor com países de grande população como Brasil, México, Argentina, Colômbia, Peru e Venezuela.

No novo cenário de concentração econômica em grandes plataformas digitais ditado pelo avanço da dataficação, a América Latina, além de consumidora de produtos e serviços, principalmente dos EUA, China e União

Europeia, é completamente deficitária na relação entre exportação e importação de *royalties* pelo pagamento de propriedade intelectual, e grande exportadora de dados de suas populações.

A extração de dados se ampliou durante a pandemia, se observarmos o Brasil, país mais populoso da América Latina. Devido o distanciamento social, a suspensão das aulas presenciais, as plataformas como Google e Microsoft avançaram na obtenção de dados do desempenho escolar, das relações didático-pedagógicas entre educadores e educandos no país. Uma extensa pesquisa publicada no site Educação Vigiada mostra que 72% das instituições públicas de ensino tem seus servidores de e-mail delegados às plataformas, principalmente, Google e Microsoft.⁸

A Amazon ampliou o domínio do comércio eletrônico no país, criando centrais de entrega de produtos em menos de 24 horas nos grandes aglomerados urbanos. O avanço da Amazon implica na perda de recursos de pequenos e médios comerciantes locais e regionais, bem como no envio de recursos do Brasil para a matriz da Amazon nos EUA.

O Facebook, com suas práticas de *zero rating* em parceria com as operadoras de telecomunicações, que fornecem a conexão à internet, é dona do aplicativo digital WhatsApp, que está instalado em aproximadamente 92% dos telefones celulares no Brasil. Tal prática beneficia a concentração econômica no aplicativo, uma vez que 58% dos brasileiros acessam a internet exclusivamente por telefones celulares. Entre os usuários brasileiros da internet que recebem menos de 1 salário mínimo, 79% acessam as redes digitais somente pelo celular, o que restringe muito determinadas práticas adequadas mais aos computadores. Esses dados são da pesquisa realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), vinculado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil.⁹

Com a unificação dos dados de suas aplicações Instagram, WhatsApp e a rede social, o Facebook pretende tornar o Brasil um grande laboratório para converter seu cliente de mensagens instantâneas no grande canal de comércio e prestação de serviços, buscando ampliar seu espaço na competição global entre plataformas, reduzindo a participação da Amazon. O

8 Educação Vigiada: <https://educacaovigiada.org.br/>.

9 Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). Pesquisa TIC-2019. <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2019/individuos/> (10 de maio de 2021).

WhatsApp já ficou parceria com bancos brasileiros para que o pagamento de produtos e serviços seja realizado dentro do próprio aplicativo.

Um outro elemento chave para compreender a força econômica das plataformas e a massiva extração de dados do Brasil é o domínio da hospedagem da infraestrutura de dados em serviços de nuvem dominados pelas corporações norte-americanas, em especial, a Amazon, Microsoft e Google. Além disso, o menor custo e a maior qualidade de *frameworks* de *machine learning* e *deep learning* das plataformas têm inibido a criação e o desenvolvimento de soluções locais. Assim, os dados de segmentos da população brasileira estão sendo levados para treinar os algoritmos de IA das grandes plataformas, sendo um novo processo de extração de valor e concentração de riqueza.

Entretanto, o controle e o avanço das plataformas não se dá apenas pela combinação de grandes investimentos, da influência comunicacional exercida a partir da formação de padrões e modulação de comportamentos obtidos a partir dos dados de usuários, mas pela ausência de políticas públicas fora da órbita neoliberal que interfiram no atual cenário tecno-econômico. Isso ocorre pela submissão de grande parte da elite econômica à lógica neoliberal que reforça os processos de colonialidade.

Um exemplo desse pensamento pode ser encontrado no caso de construção da estrutura de IA do maior tribunal do país, o Tribunal de Justiça de São Paulo, TJSP. Resumidamente, em 2018, o TJSP, optou por entregar todos os dados dos processos judiciais e da administração da Justiça paulista para a plataforma de IA da Microsoft. Dada a importância do contrato com a plataforma, o presidente mundial da Microsoft veio ao Brasil e afirmou que se tratava da construção de um sistema original e que colocaria os melhores cérebros da empresa para o seu desenvolvimento.

O Conselho Nacional de Justiça bloqueou o contrato do TJSP com a Microsoft e o declarou ilegal. O mais curioso é que não passou pela mente dos gestores do Judiciário paulista em construir uma solução brasileira, com segurança e localização dos dados da Justiça no próprio país. Também não foi cogitado que um contrato de mais de 1 bilhão de Reais (na época, seria equivalente a US\$ 300 milhões) poderia ser alocado para desenvolver o sistema de IA do Judiciário a partir da inteligência existente nas universidades e empresas brasileiras.

Considerações finais

Esse texto trouxe elementos de uma pesquisa em curso. Utilizando as noções de colonialismo digital, colonialismo de dados e de imperialismo de plataforma, podemos perceber dinâmicas comunicacionais, econômicas, políticas e ideológicas que não seriam constatadas em outras perspectivas conceituais. Todavia, ainda é controverso a adequação dessas noções para expressar os seguintes fatos que ocorrem na América Latina, particularmente, no Brasil:

- domínio da intermediação das relações cotidianas, de cultura e entretenimento pelas plataformas, principalmente dos EUA e China;
- concentração cada vez maior da hospedagem da infraestrutura de tecnologia da informação e de dados nos serviços de nuvem da Amazon, Google, Microsoft, inclusive localizados fora da América Latina, distante da jurisdição dos países onde os dados são coletados;
- crescente uso de aplicativos e soluções diversas que extraem dados e os remetem para suas matrizes fora do país onde se efetuou a coleta;
- acelerada utilização de *frameworks* de *machine learning* e *deep learning* das corporações norte-americanas;
- entrega de dados sensíveis da população, como o desempenho escolar dos estudantes brasileiros, para plataformas que vivem do tratamento de dados pessoais;
- aumento do envio de *royalties* para os EUA e demais países detentores de propriedade intelectual cultural e tecnológica.

Essa conclusão provisória aponta para uma agenda de pesquisa que do atual cenário sociotécnico dominado pelas tecnologias digitais baseadas em dados que não reduziram as barreiras de entrada para a invenção e desenvolvimento de tecnologias de ponta, ao contrário, apontam para a concentração de riquezas em um conjunto cada vez menor de plataformas globais.

Referências bibliográficas

- Buolamwini, J. A. 2017. *Gender Shades: Intersectional Phenotypic and Demographic Evaluation of Face Datasets and Gender Classifiers*. Doctoral dissertation, Massachusetts Institute of Technology.
- Carneiro, Aparecida Sueli. 2005. *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo.
- Couldry, Nick e Ulises Mejias. 2019. *The Costs of Connection: How Data are Colonizing Human Life and Appropriating it for Capitalism*. Stanford: Stanford University Press.
- Dijck, José van. 2014. “Datafication, Dataism and Dataveillance: Big Data Between Scientific Paradigm and Ideology”. *Surveillance & Society* 12, n.º 2: 197-208.
- Gandásegui, Marco A. 2009. “Vigência e debate em torno da teoria da dependência”. Em *A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*, organizado por Theotonio dos Santos *et al.*, 267-296. São Paulo: Boitempo.
- Jin, Dal Yong. 2013. “The Construction of Platform Imperialism in the Globalization Era”. *Communication, Capitalism & Critique. Open Access Journal for a Global Sustainable Information Society* 11, n.º 1: 145-172.
- Kwet, Michael. 2019. “Digital Colonialism: US Empire and the New Imperialism in the Global South”. *Race & Class* 60, n.º 4: 3-26.
- Lenin, Vladimir I. 2003. *O Imperialismo. Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo: Centauro.
- Santos, Boaventura de Souza. 1995. *Pela Mão de Alice*. São Paulo: Cortez.
- Srnicek, Nick. 2017. *Platform Capitalism*. Cambridge: Polity Press.
- Villani, Cédric. 2018. *For a Meaningful Artificial Intelligence: Towards a French and European strategy*. Conseil national du numérique. https://www.aepia.org/wp-content/uploads/2022/11/MissionVillani_Report_ENG-VF.pdf (28 de agosto de 2023).
- World Bank. 2018. *Information and Communications for Development 2018: Data-Driven Development*. Washington, D.C.: World Bank.
- Zuboff, Shoshana. 2020. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na fronteira do poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca.